

PARA

na gramática infantil do Português Brasileiro

Maria Cecília Perroni
Unicamp – CNPq.

*"Sabe? Essa pedrona é pa você fazê um anelzão.
Essa pedrinha é pa mim fazê um anelzinho." (NC. 4;6)*

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar o estatuto de PARA na gramática de uma criança brasileira, com relação a sua categoria sintática, desde o momento em que surge, aos 2;0, até os 5;0 de idade. Os dados utilizados são de natureza longitudinal, colhidos através de método observacional/naturalista, em ambiente familiar, e compõem 92 sessões de gravações em áudio-tape, num total de 62 horas.¹

A análise realizada é qualitativa e percorre os dados tentando recuperar a trajetória dos usos de PARA pela criança sujeito, começando com as sentenças simples e chegando até as sentenças complexas. Discute-se a questão de tal item lexical consistir sempre uma única categoria sintática, em oposição à possibilidade de se tratar ora de preposição lexical, ora de preposição funcional (cf. discussão feita por Miotto (inédito)), além

¹ Estes dados fazem parte do projeto em Aquisição da Linguagem do Departamento de Linguística do IEL, Unicamp, tendo sido já utilizados pela autora em estudos sobre outros temas.

da possibilidade de existência de uma reclassificação sua, de preposição a complementador.

Busca-se em tal análise defender uma explicação gramatical, seguindo princípios de ordenação internos da gramática, explicação compatível com a teoria gerativa, tal como proposta na versão hoje conhecida como de Princípios e Parâmetros (cf. Radford, 1997, Raposo (1992), entre outros), em oposição a interpretações do tipo "testagem de hipóteses" (cf. Meisel, 1995).

Como Haumann (1997) bem aponta em seu livro, o rótulo de conjunções subordinativas da gramática tradicional abriga itens de natureza diversa, que de fato não podem ser englobados em uma única categoria. Ente eles, estão arrolados *que* e *se*, ao lado de *porque*, *quando*, *desde que*, *para que*, *a fim de que*, *embora*, etc. Há, portanto uma considerável sobreposição categorial entre conjunções subordinativas, preposições e advérbios, algumas destas sendo partículas plurifuncionais, um só item podendo funcionar ora como advérbio, ora como preposição, ora como locução conjuntiva subordinativa². Há, portanto, necessidade e interesse de re-examinar a categorização de algumas delas tanto na gramática do adulto, como na da criança, que, a princípio, pode diferir daquela.

2. PARA nas sentenças simples

Já aos 2;0 de idade, encontramos *PARA* presente em frases simples nos dados da criança sujeito, concomitantemente com as outras primeiras preposições a emergir, que foram: *em*, e *de*. *PARA* surge neste momento principalmente com o verbo *DAR*, na construção *dá pa mim*, muito freqüente, em contextos fortemente marcados pela função pragmática de pedidos ao adulto interlocutor. Neste caso, trata-se de preposição funcional, já que o papel "beneficiário" (presente em *mim*) é atribuído pelo próprio verbo (*dar*, de três argumentos), a preposição apenas atribuindo caso oblíquo ao SN adjacente.

A princípio, poder-se-ia supor que a construção *dá pa mim* da criança, nesta etapa, na verdade não contém três itens lexicais, como na gramática do adulto, representando então uma forma congelada, de uma só unidade, do tipo das rotinas pré-fabricadas, tão comuns na linguagem de crianças pequenas (como previsto já na literatura da área, cf., por exemplo, Peters (1983)). Neste caso, não se poderia considerar que este dado contém realmente uma ocorrência de tal preposição. Entretanto, para contra-argumentar a tal possibilidade, lembramos que já aos 2;1 de idade a criança dá evidências de que realmente ali analisa cada item separadamente, uma vez que insere entre eles um outro elemento, como em: *dá u otu pa mim*. Ora, isso nos confirma se tratar realmente de palavras individuais; aplicando-se neste exemplo o critério de "insertabilidade" proposto por Lyons (1968) para a identificação da unidade palavra, evidencia-se a análise, já feita pela criança, das unidades menores. Além disso, outros nomes podem ocupar a posição do SN dativo, como se vê nos exemplos da mesma criança: *dá pa nenê*, *dá pa ela*, *anel po vovô* (todas aos 2;6).

Além de construções com *dar*, a preposição em estudo surge com os verbos *fazer*, *trazer* e *pegar*, nestes casos sendo, portanto, um núcleo lexical, já que o papel "beneficiário" é por ela mesma atribuído ao SN complemento, não estando previsto, desta vez, na grade temática dos verbos citados (Exs: "Pega pra mim." "Traz o urso pra mim.").

O fato de *PARA* estar entre as primeiras preposições a surgirem nos dados de crianças brasileiras é também atestado por Mayrink (1975) em seu estudo da aquisição do PB por uma criança dos 20 aos 24 meses de idade. Naqueles dados, a autora encontra a preposição empregada primeiramente com o verbo *ir* (depois com *jogar*), em contextos em que se indica direção de movimento: "Foi pa Dodolu (Bebedouro)" (cf. Mayrink, 1975).

Como se vê, à exceção das estruturas com o verbo *dar*, *PARA* surge como preposição lexical na gramática da criança, cujo sentido é uma relação de fim, meta, ou ponto de chegada de um movimento. Passemos agora ao exame de seu uso em sentenças complexas.

² Vejamos em português: "Eu o encontrei antes.", "Eu o encontrei antes da festa.", "Eu o encontrei antes que você (o encontrou)."

3. PARA nas sentenças complexas

Já a partir dos 2;6 de idade PARA surge nos nossos dados em sentenças complexas que são, linearmente, de dois tipos: a) V [+ ação](DP) + PARA + S (num total de 47,7% das ocorrências- 41/86) e b) (DP) Cóp.+ PARA+ S' (num total de 37,2% das ocorrências-32/86). As sentenças complexas introduzidas por PARA presentes nos dados somaram 86 ocorrências, sendo 32 delas do primeiro tipo e 41 delas do segundo. As demais, menos freqüentes, foram compostas por : *ter/querer/dar* (DP) + PARA+ S. Para simplificar, analisaremos aqui apenas as duas primeiras estruturas, as mais freqüentes, responsáveis por nada menos que 85% do total das ocorrências das sentenças complexas com PARA.

Além do aspecto sintático, mencionemos um outro aspecto comum, que subjaz a todas essas estruturas, mesmo as das sentenças simples: do ponto de vista semântico, em todos os casos trata-se da introdução do conceito de meta, objetivo, ou finalidade dos referentes sobre os quais a criança elabora seus atos lingüísticos. Este aspecto parece-nos diretamente relacionado ao fenômeno, bastante conhecido na literatura da Psicologia Genética, já identificado por Piaget (1967) como Finalismo. Trata-se de característica do egocentrismo intelectual pré-operatório, estágio do desenvolvimento cognitivo em que nosso sujeito se encontra. Do ponto de vista da criança pequena, tudo é feito PARA um determinado fim. Retomemos uma passagem do autor:

"Em outras palavras, não há acaso na natureza, porque tudo é "feito para" os homens e crianças, segundo um plano sábio e estabelecido, no qual o ser humano é o centro. É, portanto, a "razão de ser" das coisas que procura o "porque", isto é, uma razão causal e finalística, e é exatamente porque é preciso que haja uma razão para tudo que a criança fracassa nos fenômenos fortuitos e faz perguntas sobre eles."

(Piaget, 1967:30-31)³

³ Sublinhado por nós.

Com esta observação obviamente não pretendemos sugerir a adoção de uma mistura de teorias da aquisição da linguagem para explicar nossos dados. Antes disso, cientes das devidas diferenças entre teorias piagetianas e teorias inatistas, do tipo da gramática gerativa, estamos apenas sugerindo a possibilidade de identificação de uma motivação cognitiva mais geral para o aspecto pragmático dos atos de linguagem do tipo aqui estudado, por parte da criança pequena.

Mas voltemos ao aspecto sintático propriamente dito, aqui eleito como objeto de estudo.

Em primeiro lugar, a estrutura mais usada foi aquela com verbos de ação (ou movimento realizado por sujeito [+humano] na sentença matriz, que nos nossos dados foram os seguintes: *pôr, tirar, pegar, abrir, fazer, pintar e passar*. Vejamos apenas dois exemplos:

(1.) Vamos pegar o livro aqui pra vê tuano? (2;8)

(2.) Priciza passá uma água aqui prá saí essa sujera ´qui. (3;5)

Consideremos qual seria a análise mais adequada para estes casos. Estas sentenças com *para* a rigor não são argumentos do verbo da S matriz, o que significa que devem estar na posição sintática de adjunção. Considerando que a sentença final introduzida por PARA é sempre uma sentença não finita, e lembrando que o infinitivo é uma forma nominal, isto poderia indicar que a preposição que seleciona tal sentença é um núcleo lexical, da mesma forma que ocorre com a grande maioria dos *para* das sentenças simples. Mas uma análise alternativa será vista mais adiante. Vejamos, a título de ilustração, um exemplo interessante em que a criança usa *para* como preposição lexical no mesmo enunciado para introduzir ao mesmo tempo um SN e uma S não finita:

(3.) Dá ´qui qui eu vô pegá um pa mim, pa pa pôr. (3;6.9)

A segunda estrutura mais freqüente nos dados, semanticamente próxima da primeira, mas distinta sintaticamente, é aquela com cópula,⁴ como em:

⁴ Tais construções parecem semelhantes àquelas como "João é brasileiro" e "Isto é de madeira", semelhança que não pode ser encontrada no caso das

- (4.) Esse é pa escrevê no papel? (3;2.9)
(5.) É pra durmí de noite, né manhê? (3;5.3)

Como já afirmado, do ponto de vista semântico, ambas (a primeira e a segunda das estruturas) introduzem a finalidade, meta, do evento ou entidade a que é feita referência. Mas neste segundo caso, do ponto de vista sintático tais sentenças se assemelham às predicativas, também construídas após cópula, aproximando-se mais de casos de complementação, não podendo ser consideradas como ocorrências de adjunção.

Quanto à finitude, todas as sentenças com *para* da criança são não finitas, nenhuma ocorrência de *para que* + S finita tendo sido encontrada até os 5;0 de idade. Uma das explicações que podem ser oferecidas para isto seria que tal fato apenas refletiria uma característica do input, já que construções finitas com *para que* seriam na verdade raras na fala do adulto⁵. A razão para tal é que existiria um grau maior de complexidade aí, imposta pela seleção que *para que* apresenta de formas verbais flexionadas no subjuntivo. De fato, usos de formas desse modo verbal são atestadas na fala dos adultos nos nossos dados.

Quanto a sua posição na estrutura S, todas as sentenças não finitas com *para* ocorrem em posição final (à direita da matriz), o que coincide com os resultados de Kato e Nascimento (1996), que analisaram dados do PB falado (projeto NURC), mostrando que os adjuntos preposicionados adjungem-se na posição III, de final de S.

Para se ter um quadro mais completo dos fenômenos inter-relacionados na gramática da criança nessa etapa de seu desenvolvimento lingüístico, é importante relacionar estes exemplos às demais sentenças complexas presentes nos mesmos dados (mesmo sujeito). Já em trabalho anterior (Perroni, 1997) verificamos que aos 2;7 surgem as primeiras orações completivas com *QUE*, perfeitamente preenchidas, idênticas àquelas do sistema do adulto, com verbos que selecionam um

complemento que pode ser oracional. Concluímos naquele trabalho que alguns conectivos inter-oracionais começam a surgir antes mesmo de o sistema morfológico estar completo, a construção de sentenças complexas não dependendo do domínio prévio da morfologia nominal ou verbal. Ao lado das completivas, na mesma época (2;6) surgem as primeiras relativas, clivadas (algumas reduzidas), com a função de modificar um Nome: Ex. (*foi*) *O papai que jogô fora.* (2;6); *Sô eu qui sô nenê.* (2;7) (cf. Perroni, inédito). Com relação à emergência das categorias funcionais como os conectivos, verificamos que *o que* é desde o início analisado pela criança como complementador, introduzindo uma outra S.

No caso das sentenças complexas aqui analisadas, todas elas do tipo das adverbiais finais, nos termos da gramática tradicional, é interessante checar se o *para* ali presente deve ser visto como ainda analisado como preposição na gramática da criança sujeito, ou se poderia ser visto como re-analisado como complementador. Tal item teria então o mesmo estatuto que *que*, cuja manifestação nos dados é contemporânea, o que faz sentido se se busca uma explicação interna à gramática em desenvolvimento. Tal possibilidade encontra suporte nos trabalhos de outros autores, como veremos a seguir.

Uma análise de *para* como complementador no PB do adulto é proposta por Rocha (1988), que analisou dados do NURC. A autora cita diversos estudos que incluem *for* do inglês, introdutório de sentenças não finitas, na regra de expansão para o núcleo de COMP. Segundo Rocha, há estudos baseados em línguas naturais e em crioulos que mostram as semelhanças de comportamento entre algumas preposições e complementadores, como ocorre com *de* do francês (+ S não finita). Rocha analisa no PB construções com preposição introduzindo orações relativas infinitivas e adjetivais com fácil/difícil. *Para* é encontrado naqueles dados introduzindo infalivelmente orações não finitas, orações estas que têm dependência em relação à matriz. Segundo Rocha, o núcleo do nó COMP pode ser preenchido em PB por complementadores tradicionais do tipo *de que* e também por preposições como *a*, *de* e *para*, que parecem ter um comportamento semelhante, relacionando-as à presença de Agr: a preposição rege o sujeito da infinitiva, da mesma forma que

primeiras. Note-se ainda que, neste caso, ao contrário do que ocorre com as primeiras estruturas aqui analisadas, a S encaixada não apresenta sujeito preenchido foneticamente.

⁵ Este é um ponto que precisa ainda ser confirmado, através de outros estudos.

no inglês. Rocha conclui de sua análise que *para* tem um aspecto dual: só como preposição rege e atribui caso ao NP adjacente, como preposição complementador, rege e atribui caso ao NP sujeito adjacente. Assim, no PB são complementadores lexicais: *que, se, de/para* e Agr. Suas conclusões são baseadas na constatação de que o verdadeiro papel do complementador no PB não é só o de alojar um elemento Qu-, ou um outro sintagma, mas também o de alojar em seu núcleo elementos que autorizam Flexão.

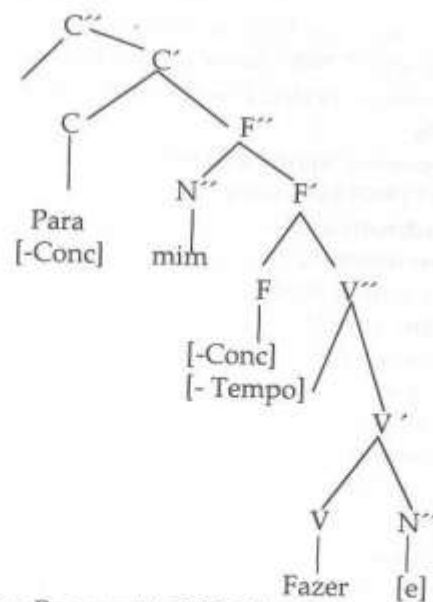
É verdade que a autora citada não abordou as finais com *para*. Mas, se por um lado, a distinção entre aquelas e as suas relativas infinitivas nem sempre é fácil de ser estabelecida, como ela mesma afirma, por outro, as finais com *para* da criança sujeito poderiam se aproximar mais de casos de complementação, por seu aspecto de interdependência semântica. Esta possibilidade teria origem em distinções, como a feita por Cabrera (1991), entre orações adverbiais acidentais e relacionais. As primeiras estabelecem uma localização temporal, espacial ou modo do estado denotado pela sentença complexa (podem ser substituídas por um só item lexical – os advérbios) e as segundas estabelecem uma relação entre o evento principal, da S matriz e um outro evento que seria co-subordinado a ele. Estas últimas não podem ser substituídas por um só item lexical, e são vistas como estruturas bipolares: se não há uma dependência, ou incrustação sintática clara, há claramente interdependência semântica, as finais com *para* se enquadrando neste sub-tipo.

Um outro estudo que propõe a existência de reclassificação de *para* preposição a *para* complementador é o de Botelho Pereira e Roncarati (1993). As autoras analisam as estruturas lingüísticas do PB que permitem que o sujeito da infinitiva introduzida por *para* receba o caso nominativo, ou o oblíquo. Com base na análise de dados de adultos, as autoras defendem a hipótese de que nas orações subordinadas com *para* o sujeito recebe caso oblíquo por ECM da preposição *para*, decorrente de uma reanálise desta como complementador, mas guardando suas propriedades atribuidoras de caso, reanálise esta que se encontra mais avançada no dialeto não padrão do PB, além de admissível também no dialeto padrão. Uma das evidências ofe-

recidas é que há uma diferença entre esta preposição e o *de*, por exemplo, que não sofreu reanálise.

Nos casos das orações infinitivas com sujeito preenchido, de acordo com o Princípio de Caso, supõe-se que seja ele regido, a questão sendo então identificar qual é o regente. As autoras citam também a pesquisa de Rocha, acima mencionada, para quem o complementador contém Conc (=Agr). No PB há concordância entre o núcleo de Flex e o núcleo de Comp, i.e., o complementador subcategoriza que o núcleo de Flex. seja + ou - Conc. Não se pode ignorar o fato de que nas orações não finitas com *para* este item lexical é já um regente atribuidor de caso oblíquo ao SN complemento. Assim, se ele for reanalisado como um possível núcleo para Comp, subcategorizando [-Conc] no núcleo de Flex, então será o Comp que herda as propriedades lexicais da preposição *para* de atribuir caso oblíquo ao SN que rege. A configuração proposta pelas autoras para orações como "Isto é para mim fazer" seria a seguinte:⁶

1.



(in Botelho-Pereira e Roncarati, 1993:23)

⁶ As autoras consideram esta análise válida também para as orações (adjuntos) finais introduzidas por *para*.

Voltando a nossos dados do primeiro tipo (V [+ação] (DP)+Para+S), vejamos como tal proposta daria conta das produções da criança sujeito. Computamos nossas sentenças não finitas com *para* em termos da natureza do sujeito: se nulo, ou se preenchido. O resultado obtido foi que 39,5% apresentavam sujeito preenchido (34/86) e 60,5% apresentavam sujeito nulo (52/86). Ora, nos casos de sujeito preenchido, quando se tratava de primeira pessoa do singular, todas as ocorrências (100%) evidenciavam a estrutura do dialeto não padrão:⁷

- (6.) Amanhã vô tirá meu chapéu pra mim durmi. (3;10.5)
(7.) Achei um xadrezinho pra mim pintá agora. (4;3.25)
(8.) Pega agulha pra mim brincá. (4;4.3)

Como se vê nesses exemplos, parece-nos que a criança poderia realmente estar reanalisando *para* nestas sentenças complexas como complementador, confirmando a hipótese acima, proposta por Botelho-Pereira e Roncarati (1993) e também a de Rocha (1988). Neste caso, a representação proposta na página anterior poderia ser considerada adequada para a S encaixada.

Passemos agora a considerar os testes propostos por Haumann (1997) para decidir se algumas das chamadas conjunções subordinativas devem ser analisadas como preposições ou como complementadores. Alguns dos argumentos/testes aplicados pela autora para se optar pela melhor análise, aqui retomados, são: a uniformidade dos elementos que introduzem sentenças encaixadas; a possibilidade de movimento de elemento de dentro do constituinte, a presença/ausência de modificadores e a coordenação.

Começando com o primeiro deles, a autora cita algumas propostas favoráveis à hipótese de que os elementos subordinativos que precedem *que* têm sido recategorizados como complementadores, tornando então supérflua a presença de *que* como um marcador de subordinação. Isto estaria ocorrendo

⁷ O fato de a criança viver num ambiente composto majoritariamente por falantes com grau universitário de instrução talvez possa evidenciar o alcance do fenômeno em questão também no dialeto padrão.

principalmente em línguas como o inglês moderno, que não permite Comp duplamente preenchido. Este aspecto não se justificaria no caso do PB, que, como se sabe, permite o fenômeno em questão.

Este é o critério que prevê que as conjunções subordinativas como *porque*, *apesar (de)*, *depois (de)*..., algumas construídas com preposição, da mesma forma que os complementadores, indicam que a sentença que introduzem é uma sentença encaixada. A principal razão aventada para se tratar algumas das conjunções subordinativas como complementadores é uma consequência do sistema, que considera que sentenças, independentemente de sua estrutura superficial, têm uma estrutura profunda idêntica. Trata-se então do sentido ampliado de complementador, para incluir elementos que ocupam uma posição pré-S e não apenas aqueles que introduzem sentenças completivas, a estrutura comum a todas elas sendo S' (Comp S). Soma-se a este o argumento da autora de que as orações subordinadas adverbiais nunca funcionam como complementos (nunca são filhas de V', mas irmãs), ao contrário de PPs (que podem ser ambos). Ligado a este está um outro argumento para não tratar as orações subordinadas e os PPs da mesma forma: é aquele baseado no movimento de Qu-. Como se sabe, o movimento de dentro do constituinte só é possível se este é um complemento.⁸

O fato de que a criança sujeito já exhibe movimento de Qu- em seus dados é atestado por outras pesquisas. Mas, ocorrências de exemplos agramaticais, com movimento de elementos Qu- de sentenças que não são complementos, não foram atestadas nos dados da criança, o que é um argumento adicional a favor da hipótese de que sua gramática realmente é semelhante à do adulto, quanto à natureza das sentenças complexas. Convém, entretanto, lembrar, como faz Haumann (ib.), que os fatos de movimento, como a não extratibilidade de elemen-

⁸ Alguns testes simples com exemplos do português podem evidenciar que isto se confirma:

E' provável que o estado não pague as dívidas internas. O que é provável que o estado não pague t?

João está cansado porque leu dois livros ontem. * O que João está cansado porque leu t ontem?

Vamos pegar o livro pra ver tucano. * O que vamos pegar o livro para ver t?

tos de dentro das sentenças adverbiais, não são relacionadas às propriedades lexicais das conjunções lá presentes, mas sim ao fato de que as sentenças adverbiais não são nunca complementos, o que limita a relevância de tal teste.

Passemos agora a alguns dos outros argumentos mencionados pela autora a favor de uma outra análise, aquela que identificaria as chamadas conjunções subordinativas como preposições sentenciais: presença/ausência de modificadores e coordenação. Quanto ao primeiro deles, sabe-se que PPs podem conter modificadores, a modificação se aplica independentemente de o complemento de P ser um SN ou uma S.⁹ Aplicando este teste a alguns de nossos exemplos infantis, temos uma confirmação da adequação de tal análise:

- (9.) Isto é para pintar.
- (10.) Isto é exatamente/justamente para pintar.
- (11.) Vamos pegar o livro para ver tucano.
- (12.) Vamos pegar o livro exatamente/justamente para ver tucano.

Quanto à coordenação, um teste/diagnóstico útil tanto para identidade categorial quanto para função sintática (cf. Radford, 1988), ele prevê que os elementos que podem ser coordenados devem ser idênticos com relação a seu estatuto estrutural, categoria sintática e compatibilidade semântica. Comparemos:

- (13.) Ele disse que queria abrir o livro e ler a estória.
- (14.) Ele queria abrir o livro para ver tucano e para contar a estória.
- (15.) * Ele disse que queria abrir o livro e para ver tucano.

Nesses exemplos acima, vemos que em (12.) foram coordenadas entre si duas sentenças completivas (abrir o livro e ler a estória), em (13.) foram coordenadas entre si duas senten-

⁹ Comparemos: Ele partiu depois do jantar.
Ele partiu cinco minutos depois do jantar.
Ele partiu cinco minutos depois que o João chegou.

ças que não são completivas, licenciadas por preposição (PP) (para ver tucano e para contar a estória), enquanto que a agramaticalidade de (14.) se explica pela coordenação de uma S completiva (queria abrir o livro) a uma S não completiva, licenciada por P (para ver tucano). Como vemos, é possível confirmar a adequação dessa segunda proposta de análise.

Do que foi aqui exposto resumidamente, notamos que há argumentos favoráveis a ambas as análises, o que cria um impasse para o pesquisador. Para resolvê-lo, Haumann (1997) conclui que dentre as chamadas preposições/conjunções subordinativas, algumas são puramente complementadores: *que/se*, outras são puramente preposições, *como quando, antes, depois, enquanto, desde, até*, mas ainda restam aquelas que não são nem Comp nem Prep puras, ou melhor, exibem propriedades das duas categorias, como é o caso de *porque, para, se* (condicional).¹⁰ Resta, então o dilema de como categorizá-los: como itens lexicais, ou como itens funcionais? Atendo-nos ao caso que nos interessa no momento, o de *para*, podemos verificar que esta é uma proposta de análise interessante. Consideremos, assim, a possibilidade sugerida pela autora de que *PARA* esteja a meio caminho entre essas duas categorias.

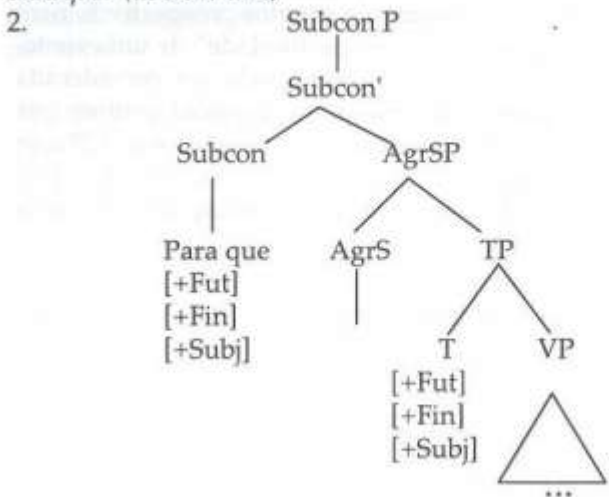
Quanto à relação entre *para/para que* e seu complemento (em inglês, *in order, in order that*), Haumann (ib.) mostra que ambas selecionam um complemento que é especificado como [+Fut]. Isto significa que os complementos sentenciais, tanto finitos como não finitos, se referem a eventos prospectivos, nem simultâneos, nem passados. A "prospectividade" de um evento, no caso de complementos não finitos, pode ser considerada uma propriedade inerente do infinitivo. A autora assume que *para* é especificado [+ Fut] e seleciona um complemento CP cujo núcleo é, ou especificado [+ Fut] [-Fin] (*para*), ou [+Fut] [+ Fin] [+ Sub] (*para que*). Então, *para* tem a especificação de traço da

¹⁰ No original trata-se de conjunções do inglês, a tradução para o português tendo sido feita por nós. Isto não significa que a análise proposta pela autora deva necessariamente ser considerada válida imediatamente para as nossas preposições/conjunções correspondentes a todos os casos ali tratados. Atemo-nos aqui ao caso de *in order* e *in order that*, que em português podem ser traduzidos por *para* e *para que*, respectivamente. Estamos, portanto, aplicando sua proposta para os nossos itens do português *para/para que*.

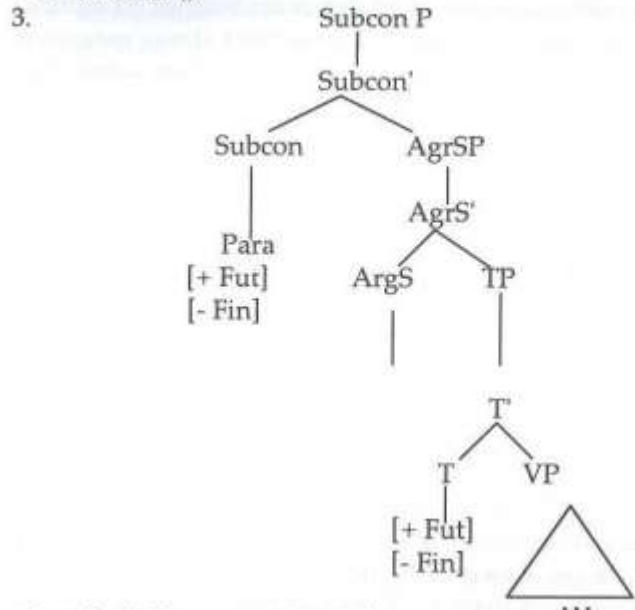
qual os complementos assumidos podem ser derivados, ou seja, são derivados da especificação de traço [+ Fut].

Temos aqui então o caso de núcleos híbridos, porque reúnem ao mesmo tempo propriedades lexicais e propriedades funcionais. Haumann (ib.) propõe uma nova denominação para eles: nem Comp, nem P, mas Subcon,. Com base em sua parte lexical, devem ser considerados núcleos A, sua relação com seu complemento deve ser tratada na base de checagem de traços por movimento de núcleo, i.e., uma relação entre um núcleo funcional e seu complemento, mas a relação entre Subcon e seu especificador deve ser tratada com base em marcação de caso. A relação entre *para* /*para que* e seu complemento envolve checagem de traços de propriedades morfossintáticas do V da sentença encaixada, em FL. Como *para que* só seleciona complementos finitos no subjuntivo e *para* complementos não finitos, não há alternativa senão assumir que a relação entre essas Subcon e seus complementos é regida por movimento de núcleo dentro de uma projeção estendida, as propriedades morfossintáticas do verbo encaixado são checadas em Subcon. A autora representa os complementos dessas Subcon como casos de AgrSP. Não haveria uma camada CP, porque isso não é requerido por nenhuma das propriedades verbais. Vejamos:

Para que (in order that)



Para (in order)



adaptado de Haumann, 1997:250)

Dessa forma, com base na relação de Subcon com seus complementos, tais elementos não podem ser considerados como tendo propriedades temáticas, funcionando antes como núcleos funcionais, como os complementadores, dos quais se aproximam.

Por outro lado, tais elementos diferem dos complementadores, porque encabeçam projeções que não são selecionadas: enquanto Cps são restritos a posições argumentais dentro da projeção lexical de um núcleo e não são admitidos em posições não argumentais, aqui a situação é o contrário: as SubconPs são restritas a posições não argumentais. Suas projeções, assim como as de Ps, mas não a de Cs, funcionam como modificadores que especificam relações adverbiais específicas entre as duas entidades/eventos que relacionam, *para* instanciando uma relação de finalidade. Subcon tem uma semântica autônoma, uma propriedade que não é tipicamente associada a núcleos funcionais, mas obviamente não marca tematicamente seu complemento. Esta parece ser uma boa solução para o dilema, principalmente porque a existência de tal categoria na gramática do adulto explicaria a facilidade e rapidez da aquisição pela criança de estruturas como as aqui analisadas.

Como podemos notar, uma das contribuições da autora, com essa análise em que propõe a existência dessa categoria híbrida - Subcon, é a de questionar que essas duas categorias propostas na teoria gerativa - a lexical e a funcional - (cf. por exemplo Radford, 1997, Raposo, 1993) sejam maximamente distintas.

4. Conclusões provisórias

Pelo que vimos dos exemplos aqui analisados, concluímos que *para* é categorizado na gramática da criança primeiramente como preposição (lexical, na maioria dos casos), e em seguida como preposição/complementador. O que se mantém inalterado é o fato de que desde as primeiras ocorrências nas sentenças simples, quando atribui papel (beneficiário) ao SN adjacente, até as sentenças complexas, seu conteúdo semântico se mantém, introduzindo o objetivo, meta, ou fim: ora de um objeto presente no contexto imediato ("Esse é pra escrevê no papel."), ora de um movimento, ou ação presente no sentido do verbo da sentença matriz ("Vamos pegar o livro pra vê tu-cano?"). Salientamos ainda que sintaticamente os dois tipos de sentenças com *para* nos dados da criança sujeito diferem, o segundo deles (com cópula) não podendo ser visto como um caso de adjunção. Tais estruturas em nada diferem das estruturas do adulto, da mesma natureza. Isto parece-nos indicar que, salvo prova contrária, a gramática da criança, nesse aspecto, não difere da do adulto, o que certamente tem um impacto teórico considerável. A diferença entre as duas não seria qualitativa, faltando à criança apenas aprender mais sobre o léxico funcional e ainda alguns aspectos da morfologia da língua materna, como prevê a teoria inatista da aquisição da linguagem conhecida hoje como de Princípios e Parâmetros (cf. também Kato, 1995). Para dar conta do problema psicológico da aquisição em tempo real, lembremos que tudo aconteceu em um rápido espaço de tempo: as estruturas complexas com *para* surgem logo após as estruturas com *Comp que*, ao lado de outros casos de adjunção e de relativização (logo após os 2;6 de idade).

Quanto ao lugar de *PARA* na gramática do PB, se Haumann (1997) está certa em sua análise, então poder-se-ia pensar

que na gramática do adulto, assim como na da criança, devemos acrescentar, haveria duas entradas lexicais, uma de *para* preposição e outra de *para/para que* Subcon. O fato de *para* preposição em sentenças simples preceder na aquisição *para/para que* Subcon simplesmente reflete uma limitação do léxico funcional da criança antes dos 2;6 de idade (aproximadamente), aliada a uma limitação, já constatada, na capacidade de processamento de unidades maiores, como é o caso das sentenças complexas.

Referências Bibliográficas

- Botelho Pereira M.A. e Roncarati, C.N. (1993) "O Caso do Sujeito em Orações Infinitivas Introduzidas por 'Para' no Português do Rio." Em DELTA, vol.9, n.1:15-30.
- Cabrera, J.C.M. (1991) Curso Universitário de Linguística Geral. Ed. Sintesis, Madrid
- Haumann, D. (1997) *The Syntax of Subordination*. Niemeyer. Tübingen.
- Kato, M. A. (1995) "Sintaxe e Aquisição na teoria de Princípios e Parâmetros" em Letras de Hoje, v.30, n. 4:57-73. PUC/RS. Porto Alegre.
- _____, e M. Nascimento (1996) "Adjuntos sintáticos e preenchedores discursivos: uma avaliação comparativa" Em M. A. Kato (org.) *Gramática do Português Falado*. Vol. V: Convergências. Ed. da Unicamp/Fapesp.:187-200 Campinas.
- Lyons, J. (1968) *Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge University Press. Cambridge.
- Mayrink, M. L. T. (1975) *Um estudo do período inicial da aquisição do português*. Dissertação de Mestrado, DL. IEL., Unicamp. Campinas.
- Meisel, J. (1995) "Parameters in Acquisition" em P. Fletcher e B. MacWhinney (eds) *The Handbook of Child Language*.:10-35. Basil Blackwell, Oxford.
- Mioto, C. (inédito) "Preposições: núcleos lexicais ou funcionais?"
- Peters, A. (1983) *The Units of Language Acquisition*. Cambridge University Press. Cambridge.

- Piaget, J. (1967) *Seis Estudos de Psicologia*. Forense, Rio de Janeiro.
- Perroni, M.C. (1997) "Primeiras Sentenças Complexas na Linguagem da Criança." *Em Estudos Lingüísticos* XXVI:709-715, GEL, Campinas.
- _____. (inédito) "Primeira Orações Relativas na Gramática da Criança."
- Radford, A. (1988) *Transformational Grammar*. Cambridge University Press. Cambridge.
- _____. (1997) *Syntax. A Minimalist Introduction*. Cambridge University Press. Cambridge.
- Raposo, E. R. (1992) *Teoria da Gramática*. A Faculdade da Linguagem. Ed. Caminho, Lisboa.
- _____. (1993) "Categorias funcionais na Gramática Gerativa" em DELTA, vol. 9, n.2:237-274.
- Rocha, M.A .F. (1988) *Complementizadores no Português do Brasil*. Dissertação de Mestrado, DL., IEL, Unicamp, Campinas.